

4º Lugar – 20ª edição do Prêmio Contador Geraldo de La Rocque 2019

Análise dos Potenciais Impactos que os Ativos Contingentes Ensejariam as Demonstrações Contábeis das Instituições Financeiras no Caso de Uma Eventual Realização

Analysis of the Potential Impacts Contingent Assets Could Have on Accounting Statements of Financial Institutions in the Event of a Realization

Artigo recebido em:23/08/2019 e aceito em:12/11/2019

Filipe Carneiro Sousa

Niterói – RJ

Pós-Graduação em gestão contábil pelo IBMEC/RJ¹Bacharel em Ciências Contábeis pela UFF²

filipecarneirosousa@yahoo.com.br

RESUMO

Os usuários das demonstrações contábeis utilizam estas informações como insumos para suas análises econômicas e projeções de fluxo de caixa das empresas, a fim de subsidiar suas decisões. Tendo em vista que as contingências ativas podem afetar positivamente o caixa das empresas no futuro, fica evidente a importância de sua divulgação tempestiva, de modo que os usuários dessas demonstrações tomem conhecimento do assunto e possam avaliar a probabilidade de sua realização e os potenciais impactos que estas contingências poderiam trazer às suas empresas. Como exemplo de realização de ativo contingente, cita-se a entrada de caixa em virtude de um ganho em definitivo que era objeto de litígio judicial, ou pela sua venda a terceiros. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar os potenciais impactos que os ativos contingentes ensejariam às demonstrações contábeis de suas empresas no caso de uma eventual realização. Para isso, foram analisadas as demonstrações de todas as instituições financeiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Os resultados obtidos demonstraram que todos os ativos contingentes divulgados teriam potencial de impactar, significativamente, as demonstrações contábeis de suas empresas, inclusive revertendo prejuízos e saldo de passivo a descoberto. Foram constatadas contingências ativas que correspondiam a: 207,9% do ativo total; 23.473,4% do ativo circulante; 25.125,6% do passivo circulante; 5.730,8% da receita total; entre outros. O somatório dessas contingências ativas superou o montante de R\$ 770 milhões. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa explicativa e descritiva e, quanto aos meios, bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Ativo Contingente, Contingência Ativa, Ganho Contingente.

ABSTRACT

Users of financial statements use such information as input for their economic analyses and cash flow projections of companies to support their decisions. Considering that contingent assets may positively affect the cash of the companies in the future, the importance of their timely disclosure is clear so the users of these statements become aware of the matter and are able to evaluate the probability of their realization and the potential impacts that such contingent could have on their companies. As an example of the realization of a contingent asset, the cash inflow was determined by a definitive gain that was the subject of judicial litigation, or by its sale to third parties. This study thus analyzed the potential impacts that contingent assets could have on the financial statements of companies in the event of a realization. The statements of all financial institutions listed on the São Paulo Stock Exchange were analyzed. The results showed that all contingent assets disclosed would have the potential to significantly impact the financial statements of their companies, including reversal of losses and the balance of uncovered liabilities. There were contingent assets that corresponded to: 207.9% of total assets; 23,473.4% of current assets; 25,125.6% of current liabilities; 5,730.8% of total revenue; among others. The sum of these assets exceeded R\$ 770 million. This is an explanatory and descriptive study based on bibliographical and documentary research.

Keywords: Contingent Asset, Active Contingency, Contingent Gain.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o pronunciamento técnico CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011), as demonstrações contábeis têm por objetivo fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas dos usuários em geral, incluindo os investidores existentes e em potencial. Essas decisões envolvem, por exemplo: comprar, vender ou manter participação em empresas, bem como oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

Na opinião de Silva e Souza (2011), decidir sobre qual investimento aplicar é uma tarefa complexa. Para tomada de decisão,

¹ Instituto Brasileiro de Mercao de Capitais – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-020

² Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – CEP 24020-140

dentre outras coisas, os usuários das demonstrações contábeis avaliam os fluxos de caixa futuro das empresas, bem como as incertezas e as perspectivas sobre as estimativas de entradas e saídas de caixa (CPC, 2011). Neste cenário, a contingência ativa ganha elevada importância, pois ela pode impactar positivamente os fluxos de caixa das empresas no futuro, apesar de não ser permitido o seu reconhecimento contábil, apenas a sua divulgação em notas explicativas (CPC, 2009).

Como exemplos de realização/monetização de ativos contingentes, cita-se o recebimento em dinheiro oriundo de uma decisão judicial favorável transitada em julgado (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2019). Outra forma de monetização ocorre por meio de sua venda a terceiros, tal como fez a Cosan S.A. Indústria e Comércio (2018), que obteve uma entrada de caixa de R\$ 734 milhões ao vender suas contingências ativas (cujo valor correspondia a 30% do saldo do ativo circulante).

Para Suave *et al.* (2013), as informações divulgadas sobre ativos contingentes devem ser claras ao ponto de permitir aos usuários externos às demonstrações contábeis avaliar os possíveis impactos dessas contingências nos fluxos de caixa futuro das empresas. Apesar da exigência normativa quanto à sua divulgação, os autores Marion e Reis (2013) alertam que não é fácil identificar uma contingência ativa. Nunes (2017) destaca que as empresas não costumam fornecer informações acerca de seus ganhos contingentes. Sousa e Coelho (2017) concluíram que o tema ativo contingente é controverso e que não há consenso entre os contadores preparadores das demonstrações contábeis e nem entre os auditores externos.

Sousa (2019) avaliou a qualidade das informações divulgadas sobre ativos contingentes pelas empresas do setor de consumo cíclico e não cíclico listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Foram analisadas 100% das empresas listadas nestes dois setores, em que: (1) 73% (80 empresas) não atenderam aos requisitos de divulgação de ativo contingente do CPC 25 (2009); (2) 6% (6 empresas) atenderam parcialmente; e (3) apenas 21% (23 empresas) atenderam integralmente a referida norma. O autor constatou que foram divulgados mais de R\$ 6 bilhões de contingências ativas.

De acordo com Sousa (2019), as empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico representavam, aproximadamente, 25% da totalidade das empresas listadas na B3 e, apesar de ser um número expressivo, o nível e a qualidade das informações divulgadas sobre ativo contingente não foram satisfatórios. O baixo nível de divulgação dessas contingências não é exclusividade do Brasil e, como exemplo disto, cita-se o estudo de Siddiqua (2013), que verificou que o setor bancário de Bangladesh (país asiático) também não apresentou uma divulgação adequada dos ganhos contingentes.

Conforme Sousa, Alves e Santos (2018), a norma e a literatura contábil em geral priorizam o tratamento dos passivos contingentes e provisões, não explorando em profundidade as contingências ativas. Segundo os autores, naturalmente, isso se reflete na prática, onde as empresas dão um maior detalhamento na divulgação de suas provisões e passivos contingentes por meio de notas explicativas.

Um dos prováveis motivos pelo qual a norma e a academia contábil dão um grande destaque às provisões e contingências passivas é o fato de haver o risco de as empresas gerenciarem seus resultados por meio da classificação tendenciosa das expectativas de perdas. Para corroborar esta afirmação, cita-se a pesquisa de Ribeiro (2012), que constatou a possibilidade de gerenciamento de resultado por meio da classificação da expectativa de perda de litígios judiciais de acordo com os interesses das empresas para fins de enquadramento como passivo contingente (que só divulga) ou como provisão (que deve ser reconhecida). Segundo Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013), a complexidade do assunto e a subjetividade da norma e da legislação facilitam o gerenciamento de resultados por parte das empresas mal-intencionadas.

Conforme evidenciado por Sousa, Alves e Santos (2018), os ativos contingentes podem atingir valores materiais e há a possibilidade de serem utilizados para fins de gerenciamento de resultados. Os autores constataram que as empresas América Latina Logística S.A. e Mendes Júnior Engenharia S.A registraram, indevidamente, ativos contingentes de R\$ 2 bilhões e R\$ 8 bilhões, respectivamente, e, desta forma, distorceram suas demonstrações contábeis, sendo posteriormente autuadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em resumo, observa-se que: o tema ativo contingente é controverso e pouco explorado pela norma e literatura contábil; poucas empresas divulgam seus ativos contingentes; tais contingências podem ser utilizadas para fins de gerenciamento de resultados, tal como ocorre com as provisões e passivos contingentes.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi analisar os potenciais impactos que os ativos contingentes ensejariam às demonstrações contábeis das instituições financeiras no caso de uma eventual realização. Considerou-se como hipótese para esta pesquisa que as contingências ativas teriam potencial para impactar significativamente o fluxo de caixa e as demonstrações contábeis de suas empresas.

A partir dos resultados obtidos neste estudo, espera-se que o tema ativo contingente ganhe cada vez mais importância nas discussões entre contabilistas, acadêmicos e demais usuários das demonstrações contábeis com relação aos potenciais impactos dessas contingências e os riscos envolvidos em caso de tratamento contábil indevido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o objetivo da pesquisa, este tópico foi subdividido em dois para explicar o tratamento contábil dos ativos contingentes e definir quando uma informação contábil deve ser considerada relevante.

2.1 Conceituação e tratamento contábil dos ativos contingentes

Para compreender o tratamento contábil de uma contingência ativa, é importante conceituar os critérios de reconhe-

cimento de um ativo. De acordo com o CPC 00 (R1) (CPC, 2011), ativo é um recurso controlado pela empresa e que deve ser reconhecido contabilmente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão a seu favor e quando seu valor puder ser mensurado com confiabilidade.

Para a Deloitte (2018), o controle sobre o ativo, geralmente, advém de direitos legais. Todavia, há outras formas de evidenciar seu controle, por exemplo por meio do conhecimento técnico (*know-how*) mantido em segredo. Segundo a PwC (2019), uma empresa tem o controle do ativo quando ela consegue impedir que terceiros direcionem os recursos econômicos do ativo e quando a empresa é a pessoa que obtém seus benefícios.

O pronunciamento técnico CPC 25 (CPC, 2009), que é correlato à norma internacional IAS 37 (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*), define uma contingência ativa como um ativo possível, resultante de eventos passados e cuja existência poderá ou não vir a se concretizar no futuro a depender de um ou mais eventos futuros incertos e que não estão totalmente sob controle da empresa.

Diferentemente do ativo, que é um recurso controlado (CPC, 2011), a empresa não detém o controle do ganho contingente. A CVM (2011) corrobora esta informação ao afirmar que o conceito de ativo está vinculado à capacidade da empresa de controlar os benefícios econômicos do referido ativo, enquanto a realização da contingência ativa independe do controle da empresa.

De acordo com Souza (2012), os ativos contingentes nascem de disputas judiciais e em virtude de recolhimentos indevidos de tributos. Na esfera tributária, segundo Monteiro (2016), muitas empresas têm créditos tributários em virtude de recolhimentos efetuados erroneamente. Ativos contingentes podem incluir doações, bônus em potencial, possíveis restituições governamentais resultantes de litígios fiscais, processos judiciais pendentes em que o resultado é provável e favorável, entre outros (SCHIFF; SCHIFF; ROZEN, 2012).

O ganho contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis, uma vez que pode se tratar de um resultado que nunca venha a se concretizar (CPC, 2009). De acordo com Ludícibus *et al.* (2013), o termo contingente é utilizado para ativos e passivos que não são reconhecidos na Contabilidade. Segundo Holder *et al.* (2013), a contingência é definida como uma condição, situação ou conjunto de circunstâncias existentes envolvendo incerteza quanto ao possível ganho (ativo contingente) ou perda (passivo contingente) para uma empresa e que dependerá da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros.

Como mencionado anteriormente, o processo de identificação de ativos contingente não é tarefa fácil (MARION; REIS, 2013) e as empresas não costumam divulgá-los, sendo, portanto, mais conservadoras, quando comparado com a divulgação de possíveis perdas de natureza contenciosa, especialmente na esfera judicial (SCHIFF; SCHIFF; ROZEN, 2012). Para a Ernest & Young (2015), um ativo contingente é determinado de forma mais intuitiva.

Na opinião de Sousa e Coelho (2017), um ganho deixa de ser contingente quando é praticamente certo e, somente neste

momento, o ativo deve ser reconhecido. A EY (2015) esclarece que a norma contábil não define o conceito de praticamente certo. Para a KPMG (2014), quando a empresa passa a controlar os benefícios econômicos de um ganho, não dependendo mais de nenhuma ação ou omissão de terceiros, neste momento deixará de ser contingente, devendo a empresa registrá-lo como ativo.

Segundo MacCall (2017), o tratamento contábil da contingência ativa é diferente da contingência passiva. Na opinião deste autor, mesmo que uma chance de 75% seja muito alta, o ganho não seria considerado praticamente certo. De acordo com a IFRS Community (2019), um ganho será praticamente certo quando a probabilidade de êxito for entre 90% e 95%. Para Lima, Júnior e Rodrigues (2017), deve-se registrar o ganho como ativo quando a empresa possuir 95% de chance de êxito em um litígio judicial. Na opinião da EY (2015), um ganho será praticamente certo quando a empresa tiver quase 100% de chance de ganhar e, neste momento, a incerteza sobre a realização do ganho é muito insignificante.

Quando o ativo contingente tiver uma expectativa de ganho provável, a empresa deve divulgá-lo em notas explicativas, descrevendo sua natureza e, se praticável, informando a estimativa de seu valor com razoável segurança (CPC, 2009). De acordo com Pereira, Giuntini e Boaventura (2002), quando a empresa não puder divulgar todas as informações requeridas pela norma, ela deve dar conhecimento desta impossibilidade aos usuários de suas demonstrações contábeis.

Periodicamente, as empresas devem avaliar suas contingências ativas para garantir que suas alterações sejam refletidas nas demonstrações contábeis (CPC, 2009). Para a PwC (2019), durante o andamento de um processo judicial, por exemplo, a expectativa de êxito da empresa pode se alterar e, havendo um acordo judicial ou uma decisão favorável transitada em julgado, neste momento, o ganho será praticamente certo e seu registro contábil deve ser efetuado.

De acordo com o CPC 25 (CPC, 2009), os requerimentos de divulgação de contingências passivas e ativas são similares. Todavia, o mesmo não ocorre com o tratamento contábil. A Tabela 1 apresenta o comparativo entre o tratamento contábil de passivo contingente e ativo contingente.

Sousa (2019) propôs um fluxograma para auxiliar no tratamento contábil das contingências ativas, baseado em um conjunto de documentos e normas contábeis analisadas, que incluiu materiais emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, pela CVM, pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e pelas principais auditorias independentes, conhecidas como *Big Four* (PwC, Deloitte, KPMG e Ernest & Young).

A seguir, estão reproduzidas as legendas descritas por Sousa (2019) para auxiliar no entendimento do fluxograma proposto:

- (a) Nos casos em que o juiz deu ganho de causa definitiva, mas o valor final ainda não foi definido;
- (b) Divulgar a descrição da sua natureza; a estimativa e a expectativa de ganho (caso a

estimativa não possa ser realizada, deve-se informar, em notas explicativas, os motivos desta impossibilidade);

(c) A existência de garantia por si só não torna o ganho como praticamente certo. Deve-se avaliar a qualidade desta garantia;

(d) Se a garantia não cobrir a totalidade do ganho, será considerado “praticamente certo” apenas a

parcela coberta pela garantia; e a parcela excedente será considerada como contingência ativa; (e) Uma informação pode ser relevante em virtude de sua magnitude (valor) ou pela sua natureza (SOUSA, 2019, p. 19)

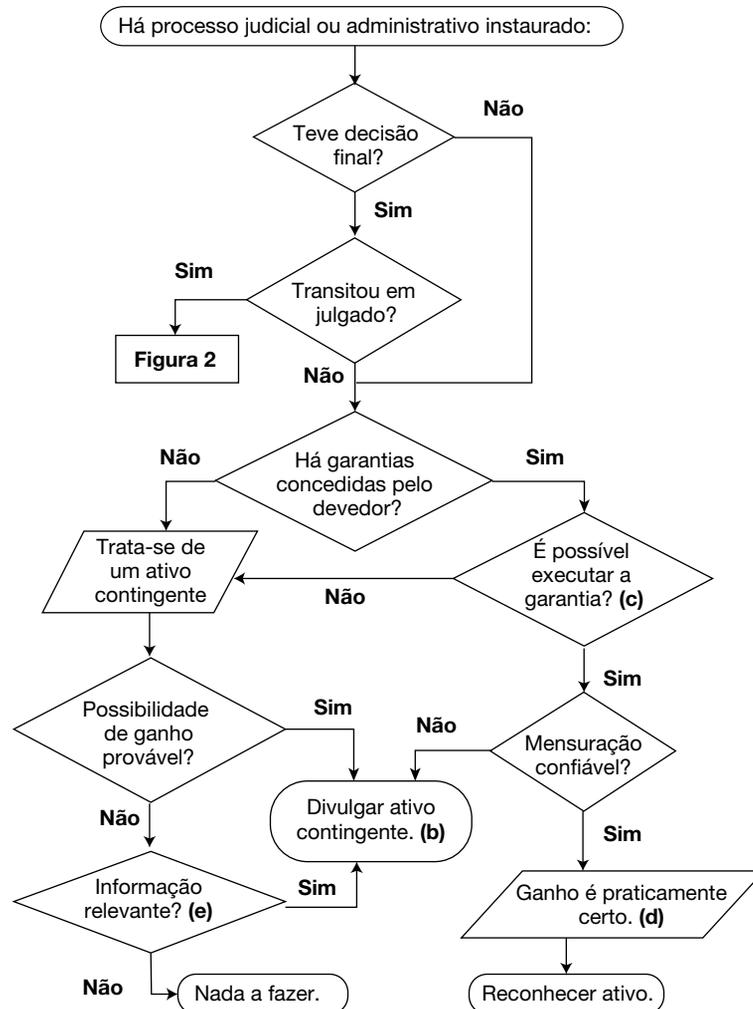
As Figuras 1 e 2, a seguir, apresentam o fluxograma proposto pelo pesquisador Sousa (2019).

Tabela 1: Tratamento contábil de passivos e ativos contingentes

Probabilidade	Tratamento Contábil	
	Passivo Contingente	Ativo Contingente
Praticamente Certo	Reconhecer	Reconhecer
Provável	Reconhecer	Divulgar
Possível	Divulgar	Nenhuma divulgação é requerida
Remota	Nenhuma divulgação é requerida	Nenhuma divulgação é requerida

Fonte: EY (2015).

Figura 1: Processo judicial ou administrativo instaurado



Fonte: Sousa (2019).

Figura 2: Decisão transitada em julgado



Fonte: Sousa (2019).

2.2 Informações contábeis relevantes

Considerando o objetivo desta pesquisa, é importante entender quando uma informação contábil deve ser considerada relevante. Para isso, utilizou-se o conceito de materialidade, que é abordado no CPC 00 (R1) (CPC, 2011). Adicionalmente, avaliou-se este conceito no âmbito da profissão do auditor externo, pois ele tem um papel fundamental para adicionar credibilidade às demonstrações contábeis da empresa auditada (IBRACON, 2018).

De acordo com o CPC 00 (R1) (CPC, 2011), a informação contábil é material quando a sua omissão ou sua divulgação distorcida é capaz de influenciar decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis, em que a materialidade é considerada como um aspecto da relevância.

Para Ribeiro (2016), um dos principais conceitos utilizados na auditoria é o da materialidade e há diferentes parâmetros para defini-la. Frequentemente, o auditor faz uso de referenciais (*benchmarks*) para determinar a materialidade das demonstrações contábeis das empresas, aplicando uma porcentagem sobre os elementos dessas demonstrações, como: ativo, passivo, patrimônio líquido, receita e despesa (CFC, 2016).

Segundo Hayes *et al.* (2005), os padrões internacionais de contabilidade não dão orientações para apurar a materialidade e, nos Estados Unidos, apenas 10% dos pronunciamentos

contábeis de auditoria contêm porcentagens específicas de materialidade. Na Tabela 2, a seguir, consta a prática comumente utilizada para fins de determinação da materialidade.

Tabela 2: Definição de materialidade

Percentual	Elementos da Demonstrações Contábeis	Siglas
5%-10%	Lucro Líquido antes dos Impostos	LAIR
5%-10%	Ativos Circulantes	AC
5%-10%	Passivos Circulantes	PC
0,5%-2%	Ativo Total	AT
0,5%-2%	Receita Total	RT
1%-5%	Patrimônio Líquido	PL

Fonte: Hayes *et al.* (2005).

3 METODOLOGIA

As pesquisas se dividem, basicamente, quanto aos fins e aos meios (VERGARA, 2009). Quanto aos fins, trata-se de

uma pesquisa explicativa e descritiva; quanto aos meios, uma pesquisa bibliográfica e documental.

Foram analisadas as demonstrações contábeis (data base: 31 de dezembro de 2017) de todas as empresas do setor “financeiro e outros” listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), atualmente denominada por “B3” (amostra de 100%; sendo um total de 111 empresas). Para fins deste trabalho, o setor “financeiro e outros” foi denominado como “instituições financeiras”. Decidiu-se por analisar este setor, pois ele representava, aproximadamente, 25% do total das empresas listadas na B3, o que evidencia a sua relevância e abrangência no cenário brasileiro do mercado de capitais.

Para cada demonstração contábil analisada, foram pesquisadas as seguintes palavras-chave: ativo(s) contingente(s), ganho(s) contingente(s) e contingência(s) ativa(s). Quando nenhuma dessas palavras foi encontrada, a pesquisa prosseguiu por meio da leitura integral das notas explicativas de provisões e passivos contingentes, com o intuito de identificar possibilidades de ganhos que apresentassem características de ativos contingentes.

O valor de cada ativo contingente identificado foi comparado com o saldo dos seguintes elementos das demonstrações contábeis: lucro líquido antes dos impostos (LAIR); ativo circulante (AC); passivo circulante (PC), ativo total (AT); receita total (RT) e patrimônio líquido (PL). Estes elementos das demonstrações foram selecionados, pois estão descritos na Tabela 2.

Considerou-se que o ganho contingente era relevante quando seu valor atingiu pelo menos um dos parâmetros descritos na Tabela 2, tomando por base o menor percentual informado por Hayes *et al.* (2005). A Tabela 3, a seguir, sumariza os critérios utilizados nesta pesquisa para determinar se os valores dos ativos contingentes identificados eram relevantes:

Tabela 3: Determinação dos saldos relevantes dos ativos contingentes

% Mínimo considerado para comparar com saldo do ativo contingente					
LAIR	AC	PC	Ativo Total	Receita Total	PL
5%	5%	5%	0,5%	0,5%	1%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme citado anteriormente, há diferentes parâmetros para definir a materialidade. Para fins deste artigo, definiu-se utilizar todos os parâmetros indicados por Hayes *et al.* (2005) para evidenciar ao leitor deste artigo os efeitos comparativos nos diversos elementos das demonstrações contábeis.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Das 111 empresas analisadas, nove divulgaram contingências ativas com os respectivos valores, conforme demonstrado na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Valores dos ativos contingentes

Empresas	At. Conting. (R\$ mil)
IGB Eletrônica S.A.	259.146
Multiplan – Empreend. Imobiliários S.A. (Multiplan S.A.)	61.500
Cia Participações Aliança da Bahia	40.000
Industrias JB Duarte S.A. (JB Duarte)	45.640
Banco ABC Brasil S.A.	10.568
Banco Amazônia S.A.	9.938
Banco Estado de Sergipe S.A. (BANESE)	17.620
Itausa Investimentos ITAU S.A.	228.000
Elétron S.A.	100.000
Total	772.412

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 5, estão os saldos dos elementos das demonstrações contábeis que foram utilizados como parâmetros para determinar se os valores das contingências ativas eram relevantes.

De acordo com a Tabela 5, a empresa Industrias JB Duarte S.A. apresentou um prejuízo antes da apuração de impostos no valor de R\$ 1.437 e um passivo a descoberto de R\$ 2.133. Em uma eventual realização de seu ativo contingente (R\$ 45.640, conforme Tabela 4), o referido prejuízo e o passivo a descoberto seriam revertidos. A empresa Elétron S.A. apresentou um prejuízo antes da apuração dos impostos no valor de R\$ 3.767 (Tabela 5). Neste caso, uma eventual realização do seu ganho contingente (R\$ 100.000, conforme a Tabela 4) também revertiria o seu prejuízo.

As Tabelas 6 e 7 apresentam a análise comparativa entre o valor dos ativos contingentes (Tabela 4) com o saldo dos elementos das demonstrações contábeis (Tabela 5), considerando os critérios definidos na Tabela 3 para determinar a relevância das contingências ativas identificadas. Para facilitar a visualização e o entendimento da análise comparativa, decidiu-se por separá-la em duas tabelas (Tabela 6 e Tabela 7), cuja análise final foi consolidada na Tabela 8.

Na Tabela 6, consta o quociente (em %) obtido entre a divisão do valor do ganho contingente com o saldo contábil do LAIR, do ativo circulante e do passivo circulante.

Os resultados apresentados na Tabela 6 evidenciaram que a maioria dos valores das contingências ativas ultrapassou os parâmetros definidos na Tabela 3. A Indústria JB Duarte S.A., Itausa Investimentos ITAU S.A. e Elétron S.A. apresentaram ativos contingentes com valores que superaram em mais de 1.000% algum de seus elementos da demonstração contábil que foram utilizados como parâmetro. O maior quociente obtido foi da Elétron S.A., cujo ativo contingente correspondia a mais de 25 mil vezes o saldo do passivo contingente.

A Tabela 7 apresenta o quociente (em %) obtido entre a divisão do valor do ganho contingente com o saldo contábil do ativo total, da receita total e do patrimônio líquido.

Os resultados apresentados na Tabela 7 também evidenciaram que a maioria dos valores das contingências ativas ultrapassou os parâmetros definidos na Tabela 3. A IGB Eletrônica S.A. e Industrias JB Duarte S.A. divulgaram ativos contingentes com valores que

superaram em mais de 1.000% algum de seus elementos da demonstração contábil que foram utilizados como parâmetro.

A Tabela 8 apresenta a análise final desta pesquisa por meio da combinação dos resultados apresentados nas Tabelas 6 e 7.

Tabela 5: Elementos das demonstrações contábeis

Empresas	LAIR (R\$ mil)	AC (R\$ mil)	PC (R\$ mil)	Ativo Total (R\$ mil)	Receita Total (R\$ mil)	PL (R\$ mil)
IGB Eletrônica S.A.	44.003	1.104	78.364	243.166	4.522	767.123
Multiplan S.A.	438.624	1.299.500	699.364	8.644.402	1.156.379	5.200.313
Cia Participações Aliança da Bahia	59.952	276.709	69.455	649.347	353.778	521.688
Industrias JB Duarte S.A.	(1.437)	1.146	17.572	97.670	-	(2.133)
Banco ABC Brasil S.A.	886.304	26.365.420	23.304.084	27.182.558	2.156.854	3.401.295
Banco Amazônia S.A.	398.961	5.300.829	10.009.430	16.952.092	1.421.049	1.885.309
BANESE	199.062	3.923.347	3.456.942	5.070.797	696.958	387.562
Itausa Invest. ITAU S.A.	8.364	5.643.000	8.213.000	65.578.000	4.969.000	56.222.000
Elétron S.A.	(3.767)	19.733	398	48.104	-	18.636

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 6: Comparação do ativo contingente com LAIR, AC E PC

Empresas	Ativo Conting / LAIR		Ativo Conting / AC		Ativo Conting / PC	
	%	≥ 5%?	%	≥ 5%?	%	≥ 5%?
IGB Eletrônica S.A.	588,9%	Sim	23.473,4%	Sim	330,7%	Sim
Multiplan S.A.	14,0%	Sim	4,7%	Não	8,8%	Sim
Cia Particip. Aliança da Bahia	66,7%	Sim	14,5%	Sim	57,6%	Sim
Industrias JB Duarte S.A.	3.176,1%	Sim	3.982,5%	Sim	259,7%	Sim
Banco ABC Brasil S.A.	1,2%	Não	0,0%	Não	0,0%	Não
Banco Amazônia S.A.	2,5%	Não	0,2%	Não	0,1%	Não
BANESE	8,9%	Sim	0,4%	Não	0,5%	Não
Itausa Investimentos ITAU S.A.	2.726,0%	Sim	4,0%	Não	2,8%	Não
Elétron S.A.	2.654,6%	Sim	506,8%	Sim	25.125,6%	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 7: Comparação do ativo contingente com ativo total, receita total e PL

Empresas	Ativo Conting / AT		Ativo Conting / RT		Ativo Conting / PL	
	%	≥ 0,5%?	%	≥ 0,5%?	%	≥ 1%?
IGB Eletrônica S.A.	106,6%	Sim	5.730,8%	Sim	33,8%	Sim
Multiplan S.A.	0,7%	Não	5,3%	Sim	1,2%	Sim
Cia Particip. Aliança da Bahia	6,2%	Sim	11,3%	Sim	7,7%	Sim
Industrias JB Duarte S.A.	46,7%	Sim	N/A	N/A	2.139,7%	Sim
Banco ABC Brasil S.A.	0,0%	Não	0,5%	Sim	0,3%	Não
Banco Amazônia S.A.	0,1%	Não	0,7%	Sim	0,5%	Não
BANESE	0,3%	Não	2,5%	Sim	4,5%	Não
Itausa Investimentos ITAU S.A.	0,3%	Não	4,6%	Sim	0,4%	Não
Elétron S.A.	207,9%	Sim	N/A	N/A	536,6%	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 8: Análise dos potenciais impactos que os ativos contingentes ensejariam nas demonstrações contábeis em caso de uma eventual realização

Empresas	At. Conting.	Potencial de impactar as DC, em caso de sua realização?
	(R\$ mil)	
IGB Eletrônica S.A.	259.146	Sim
Multiplan – Empreend. Imobiliários S.A	61.500	Sim
Cia Participações Aliança da Bahia	40.000	Sim
Industrias JB Duarte S.A.	45.640	Sim
Banco ABC Brasil S.A.	10.568	Sim
Banco Amazônia S.A.	9.938	Sim
Banco Estado de Sergipe S.A. (BANESE)	17.620	Sim
Itausa Investimentos ITAU S.A.	228.000	Sim
Elétron S.A.	100.000	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base na Tabela 8, constatou-se que todos os ativos contingentes listados na Tabela 4 atingiram a pelo menos um dos parâmetros definidos na Tabela 3.

5 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos permitiram alcançar o objetivo deste estudo e validar a hipótese considerada. Portanto, com base na Tabela 8, conclui-se que todos os ativos contingentes identificados eram relevantes e, por isso, em caso de uma eventual realização, essas contingências impactariam significativamente as demonstrações contábeis de suas empresas, bem como seus fluxos de caixa (entrada de benefícios econômicos).

Os resultados apresentados nas Tabelas 6 e 7 demonstram a magnitude das contingências ativas identificadas, sendo os casos mais relevantes divulgados pelas seguintes empresas (maior quociente apresentado nas Tabelas 6 e 7): (1) IGB Eletrônica S.A. (ativo contingente representava 23.473,4% do ativo circulante e 5.730,8% da receita total); (2) Industrias JB Duarte S.A. (ativo contingente representava 3.176,1% do LAIR e 2.139,7% do PL); (3) Itausa Investimentos ITAU S.A. (ativo contingente representava 2.726,0% do LAIR); e (4) Elétron S.A. (ativo contingente representava 2.654,6% do LAIR e 25.125,6% do passivo circulante).

É importante destacar que, a depender do elemento da demonstração contábil a ser utilizado como parâmetro para definir a materialidade (Tabela 3), o valor do ativo contingente de algumas empresas não teria sido considerado relevante, conforme resultados evidenciados nas Tabelas 6 e 7. Verificou-se que o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco Amazônia S.A. tiveram suas contingências ativas consideradas relevantes, pois atenderam apenas ao critério da comparação entre ativo contingente com a receita total (Tabela 7). Por outro lado, para qualquer parâmetro avaliado, os ativos contingentes divulgados pela IGB Eletrônica S.A. e pela Cia Participações Aliança da Bahia seriam considerados relevantes.

Com base nos resultados desta pesquisa, fica evidenciado a necessidade de se observar, adequadamente, o tratamento contábil dos ganhos contingentes. Destaca-se que sua divulgação tempestiva tem potencial de gerar valor às demonstrações contábeis, bem como atrair potenciais investidores e credores, pois estas contingências podem representar uma entrada de caixa no futuro, como: recebimento de valor em virtude de decisão final favorável da justiça, ou por meio de sua venda a terceiros.

Para corroborar a informação do parágrafo anterior, verificou-se que uma eventual realização do ativo contingente da empresa Industrias JB Duarte S.A. no valor de R\$ 45.640 (Tabela 4) seria capaz de reverter o prejuízo apurado antes dos impostos de R\$ 1.437 e reverter o passivo a descoberto de R\$ 2.133 (Tabela 5). Adicionalmente, verificou-se que o prejuízo apurado antes dos impostos da empresa Elétron S.A., no valor de R\$ 3.767, (Tabela 5) também seria revertido em caso de uma eventual realização de sua contingência ativa de R\$ 100.000 (Tabela 4).

Considerando os resultados deste estudo e o fato de haver empresas que registraram indevidamente seus ativos contingentes (SOUSA; ALVES; SANTOS, 2018), conclui-se que há o risco de as contingências ativas serem utilizadas para fins de gerenciamento de resultado, tal como ocorre com as contingências passivas e as provisões, pois esta pesquisa demonstrou que os ganhos contingentes podem impactar significativamente as demonstrações contábeis.

Portanto, este trabalho evidencia a relevância do tema ativo contingente, contribuindo para o fomento das discussões sobre este tipo de contingências, que necessitam ser exploradas com mais profundidade pelos usuários das demonstrações contábeis e pela parte acadêmica. Adicionalmente, este artigo serve de insumo para pesquisas futuras, bem como para complementar as literaturas contábeis existentes.

Por oportuno, recomenda-se ao mundo acadêmico e ao corporativo a utilização do fluxograma proposto por Sousa (2019) – Figuras 1 e 2 – para auxiliar no tratamento contábil dos ativos contingentes, cujo fluxograma possa ser de grande valia inclusive para a CVM.

REFERÊNCIAS

- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2011 – Orientação quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício iniciado em, ou depois de, 01 de janeiro de 2010*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2sBCtxN>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2szLAPF>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/37zRf6O>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- COSAN S. A. INDUSTRIA E COMERCIO. *Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017*. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2QiIVCS>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *NBC TA 320 (R1) – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2EveKLN>. Acesso em: 6 jul. 2019.
- DELOITTE AUDITORES INDEPENDENTES (Deloitte). *Conceptual framework for financial reporting: the elements of financial statements – Deloitte iGAAP 2018*. v. A. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2S81I54>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES (EY). *International GAAP 2015: generally accepted accounting practice under international financial reporting standards*. 1. ed. v. 2. 2015.
- HAYES, R. *et al. Principles of Auditing: an introduction to international standards on auditing – Pearson Education*. 2. ed. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/34vyQGp>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- HOLDER, A. D. *et al. A content analysis of the comment letters to the FASB and IASB: accounting for contingencies. Advances in Accounting*, Amsterdam, v. 29, p. 134-153, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/38SncJe>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (Ibracon). *O auditor independente exerce função social relevante nas relações entre as empresas e todos os seus públicos de interesse*. CRCSP – Informativo semanal – 26 de abril de 2018 – Ano 9 – n. 475, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2S5tQWz>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- IFRS COMMUNITY. *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36PeUzS>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- IUDÍCIBUS, S. *et al. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. FIPECAFI. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- KPMG AUDITORES INDEPENDENTES (KPMG). *KPMG's practical guide to International Financial Reporting Standards. Insights Into IFRS*. 11. ed. 2014.
- LIMA, B. R. T.; JÚNIOR, C. B. M.; RODRIGUES, J. M. *Disclosure de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Relacionados aos Precedentes Judiciais Vinculantes*. In: *Congresso UnB de Contabilidade e Governança*, 3., Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Q0bCD9>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- MACCALL, N. *Financial Reporting: an analysis of accounting methods and principles*. Oxford: University of Mississippi, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2YZ5qzw>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- MARION, J. C.; REIS, R. M. P. (org). *Normas e práticas contábeis*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MONTEIRO, J. C. B. *Entenda porque a procura por recuperação tributária cresceu em 2016. Studiofiscal*, São Paulo, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2PAYBB0>. Acesso em: 5 jul. 2019.

NUNES, M. V. *Provisões, ativos e passivos contingentes: um estudo sobre divulgação das empresas listadas na BM&FBovespa*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Z2JtPT>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PEREIRA, A. C.; GIUNTINI, N.; BOAVENTURA, W. R. A mensuração dos passivos ocultos: um desafio para a contabilidade. In: *Congresso Brasileiro de Custos*, 9., São Paulo, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/35zGcdj>. Acesso em: 14 jul. 2019.

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES (PwC). Introduction, Accounting principles and applicability of IFRS (conceptual framework). *Manual of accounting*. 2019.

RIBEIRO, A. C. *Provisões, Contingências e Normas Contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2r2ix6i>. Acesso em: 1 jul. 2019.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, Contingências e o Pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 9, n. 3, p. 38-54, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/34x1Bm3>. Acesso em: 1 jul. 2019.

RIBEIRO, R. F. A. *Determinação da Materialidade em Auditoria Estudo de um Caso Prático de um Município*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2PCaA1f>. Acesso em: 6 jul. 2019.

SCHIFF, J.; SCHIFF, A.; ROZEN, H. Accounting for contingencies: disclosure of future business risks. *Management Accounting Quarterly*, Montvale, v. 13, n. 3, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2QL8cV4>. Acesso em: 1 jul. 2019.

SIDDIQUA, J. Application of International Accounting Standards 37 (IAS 37): a study of banking sector in Bangladesh. *International Journal of Applied Research in Business Administration and Economics*, Piraeus, v. 2, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2Fib1rA>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SILVA, K. R.; SOUZA, P. C. Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões. *Revista INGEPRO*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2s02gzo>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SOUZA, F. C. CPC 25 / IAS 37: evidenciação dos ganhos contingentes das empresas do setor de consumo cíclico e não cíclico e proposta de fluxograma para o tratamento contábil dessas contingências. *Revista Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 74, p. 14-23, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2s02LJM>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SOUZA, F. C.; COELHO, C. U. F. Ativo Contingente: a percepção dos contadores e auditores externos. *Revista Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 14-23, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34G25qo>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SOUZA, F. C.; ALVES, R. A.; SANTOS, O. M. O. Tratamento Contábil dos Ativos Contingentes sob a Ótica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). In: *USP International Conference in Accounting*, 17., São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2FgAh1h>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SOUZA, G. Exigível contingencial: a visão do auditor independente. In: *Congresso Nacional da Ancep (Conancep)*, 9., Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2EvtO2b>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SUAVE, R. et al. Divulgação de Passivos Contingentes nas Empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da Unifebe*, Brusque, v. 1, n. 11, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/34xd3OQ>. Acesso em: 14 jul. 2018.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.